



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

LEI MUNICIPAL 655/2023

Dispõe sobre as diretrizes de elaboração orçamentária para o exercício financeiro do ano de 2024 (LDO 2024) e dá outras providências.

CONSIDERANDO que o povo do Município de Vargem Alegre, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou tal proposição, eu, prefeita municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, às normas estabelecidas pela Lei 4.320/64, e suas alterações, na Lei Complementar 101/00 e legislação complementar da esfera municipal, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de **2024**, que compreendem:

- I – prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II – as diretrizes gerais para a elaboração e execução do Orçamento;
- III – as disposições para despesas com pessoal e encargos sociais;
- IV – das diretrizes para a execução e limitação do orçamento e suas alterações;
- V – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII – as disposições finais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas e prioridades do projeto de lei do orçamento para o exercício de **2024**, bem como os critérios para a alocação de recursos a programas e ações, deverão se adequar aos programas e seus elementos constituintes, constantes do Plano Plurianual PPA 2022-2025 e suas revisões.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

Parágrafo único. Terão precedência, na alocação de recursos, os programas de governo relativos à garantia de direitos fundamentais de saúde, educação, habitação, assistência social, criança e adolescente, desenvolvimento econômico, agrícola e urbano, infraestrutura, esportes, cultura e meio ambiente, não constituindo tal precedência limite à programação das despesas.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 3º. O projeto de lei do orçamento e seus anexos deverão ser elaborados em concordância com o que dispõe a Constituição da República, a Lei Complementar 101/2000, a Lei Federal 4.320/64, a última versão do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 8ª edição), composto pelas portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e as tabelas e regras complementares expedidas pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCMG).

Art. 4º. O Orçamento Fiscal compreenderá a programação do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Art. 5º. As ações do Governo Municipal visando à viabilização financeira do município deverão orientar-se pelas seguintes diretrizes gerais:

- I – busca da elevação imediata, substancial e permanente das receitas públicas, sobretudo das receitas próprias, bem como da ampliação e da diversificação das fontes alternativas de receita, sobretudo as de menor custo para a sociedade;
- II – promoção de amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais;
- III – aprimoramento da capacidade de gestão de despesas do setor público, bem como de gestão orçamentária, de administração financeira e de controle interno, por intermédio da modernização dos instrumentos e dos mecanismos de exercício de despesas e determinação de gastos, de controle de custos, de administração financeira e de controle interno;
- IV – promover a melhoria permanente da administração pública municipal, por meio de um modelo de gestão por resultados e da capacitação e valorização dos servidores públicos do município;

Lu



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

V – estabelecer um novo modelo de operação do município, saneando as finanças públicas buscando a eficácia da máquina pública; e

VI – manter o compromisso com o equilíbrio das contas públicas, aprimorando a prevenção e a mitigação de riscos fiscais por meio de uma gestão moderna e eficiente para subsidiar a elevação da capacidade de investimentos, além de aprimorar os mecanismos de cobrança e os instrumentos de arrecadação fiscal.

Art. 6º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto de despesas do setor público, definido como programa;

III – programa: um instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos e que será mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV – projeto: um instrumento de programação que colabora com o alcance do objetivo de um programa, que envolve um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo, que agrupam despesas de capital;

V – atividade: um instrumento de programação que colabora com o alcance do objetivo de um programa, que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo, que agrupam despesas de custeio;

VI – operações especiais: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e que não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e

VII – natureza da despesa: o menor nível de classificação da despesa pública, que se subdivide até o nível de elemento de despesa, compreendido como um agrupamento de objetos de gasto em seu nível mais detalhado.

§ 1º. Na elaboração do orçamento, considerar-se-á, como crédito orçamentário, o agrupamento compreendido pelo órgão, a unidade orçamentária e os sete incisos do caput deste artigo.

§ 2º. A cada crédito orçamentário, serão atribuídas as destinações de recursos e os seus respectivos valores lastreados em previsão de receitas classificadas por fonte de recursos conforme as regras do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

§ 3º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando os respectivos valores, objetivos e metas.

Art. 7º. Os valores de receitas e despesas contidos na Lei Orçamentária Anual e nos quadros que a integram serão expressos em preços correntes.

Art. 8º. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação em vigor:

- I – demonstrativo consolidado do Orçamento Fiscal;
- II – demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- III – demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, para fins do disposto no art. 212 e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda à Constituição 14, de 12 de setembro de 1996;
- IV – demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do disposto na Emenda à Constituição da República 29, de 13 de setembro de 2000;
- V – demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do disposto no art. 169 da Constituição da República e na Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000; e
- VI – demonstrativo da Receita Corrente Ordinária do Município, desdobrada em categorias e subcategorias econômicas, fontes, rubricas alíneas e subalíneas.

Art. 9º. Na programação de investimento em obras da Administração Pública Municipal, será observado o seguinte:

- I – as obras iniciadas terão prioridade sobre as novas; e
- II – as obras novas, desde que estejam de acordo com a lei do PPA, serão programadas se: for comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira; não implicarem anulação de dotações destinadas a obras iniciadas.

Art. 10. A elaboração do projeto de lei orçamentária anual (LOA) para **2024** e a execução da respectiva lei deverão levar em conta a obtenção do Resultado Primário, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante nesta Lei.

Art. 11. A LOA conterá dotação para Reserva de Contingência, no valor até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida fixada para o exercício de **2024**, a ser utilizada como fonte de recursos

h.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

para abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal 101/00.

Parágrafo único. Caso as situações que motivaram a previsão da Reserva de Contingência, que consistem em passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, de fato não ocorrerem até o dia 15 de dezembro de **2024**, tal reserva poderá ser utilizada como fonte de recurso de créditos adicionais suplementares em dotações com as mesmas fontes de recursos do Sistema de Contas dos Municípios do Tribunal de Contas de Minas Gerais (SICOM/TCEMG).

Art. 12. O Poder Legislativo poderá propor emendas à Lei Orçamentária Anual, obedecendo às limitações da Constituição da República e as disposições desta lei.

Parágrafo único. De acordo com a Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 86-A, fica instituída a execução orçamentária financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual. As Emendas individuais serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

Art. 13. O projeto de lei orçamentária poderá computar na receita:

- I – operação de crédito autorizada por lei específica, nos termos do § 2º do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, observados o disposto no § 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar Federal 101/00, no inciso III do “caput” do art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal;
- II – os efeitos de programas de alienação de bens imóveis e de incentivo ao pagamento de débitos inscritos na dívida ativa do Município; e
- III – a desvinculação da receita corrente em até 30%, nos termos da Emenda Constitucional 93/2016.

Art. 14. Para fins de transparência da gestão fiscal e em observância do princípio da publicidade, o Poder Executivo disponibilizará na *internet*, na página da Prefeitura e no Portal da Transparência, para acesso de toda a sociedade:

- I - a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - a Lei Orçamentária Anual; e
- III - a lei modificativa do PPA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

Seção II

Das Diretrizes para o Orçamento Fiscal

Art. 15. Para a elaboração da proposta orçamentária com os recursos à conta do Tesouro Municipal, as despesas correntes e as despesas de capital serão fixadas conforme o limite destinado para cada órgão e entidade do Poder Executivo, sendo estabelecido pelos departamentos municipais, sob a coordenação do(a) Diretor(a) Municipal pertinente e com a decisão final do Prefeito Municipal tendo, como parâmetros, a série histórica da Receita Corrente Líquida, as perspectivas de transferências voluntárias, financiamentos, alienações e a despesa liquidada do ano anterior, bem como novas despesas de caráter continuado que surgirem em decorrências de novas obras públicas.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no *caput* as despesas decorrentes do pagamento de precatórios e sentenças judiciais e de juros, encargos e amortização da dívida.

Art. 16. A proposta orçamentária da Câmara Municipal para **2024** levará em consideração o limite estabelecido no art. 29-A, inciso I da Constituição da República de 1988 e tendo, como base de cálculo, as receitas integrantes que serão publicadas no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida na data base de 30/06/2023.

Art. 17. O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação por função, subfunção, programa, projeto / atividade / operações especiais e natureza da despesa, indicando, para cada elemento de despesa, a fonte de recurso e o seu respectivo valor.

Parágrafo único. A reserva de contingência, prevista no art. 11 desta Lei, será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de despesa e demais subdivisões.

Art. 18. As fontes de recursos constarão na lei orçamentária com código próprio que as identifique, conforme a origem da receita.

Art. 19. A celebração de convênio para transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos e a sua programação na lei orçamentária estão condicionadas à lei específica a que se refere o art. 26 da Lei Complementar 101/00 e conforme disposto na Lei Federal 13.019/14.

Parágrafo único. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular.

lv



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

Seção III

Das Emendas aos Projetos de Lei Orçamentária e do Plano Plurianual

Art. 20. É vedada a proposição de emendas no projeto de lei orçamentária para **2024** que:

- I – sejam incompatíveis com o PPA ou com a LDO;
- II – não indiquem a fonte de recursos;
- III – cuja fonte de recursos das emendas seja: anulação de dotações de pessoal e encargos sociais, anulação de dotações de juros e amortização da dívida;
- IV – não sejam relacionadas a erros ou omissões;
- V – sejam relacionadas a dotações financiadas com recursos vinculados;
- VI – sejam relacionadas a dotações referentes à contrapartida de convênios; e
- VII – sejam relacionadas a dotações referentes a obras em execução.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar o orçamento anual com as emendas não vedadas nos termos deste artigo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES PARA DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 21. Os Poderes Executivo e Legislativo observarão as regras constitucionais na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos.

§ 1º. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição da República, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo da Lei Orçamentária de **2024**, cujos valores serão compatíveis com os limites da Lei Complementar Federal 101/00.

§ 2º. Quaisquer acréscimos só poderão ser autorizados por lei específica que prevê aumento de despesa, mediante compatibilidade orçamentária e cálculo do impacto financeiro e fiscal no exercício a que se refere e para os dois exercícios seguintes.

§ 3º. Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei

lh



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

específica, desde que o Poder Executivo esteja cumprindo o limite de gastos com pessoal estabelecido no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/00.

§ 4º. Caso os gastos com pessoal ultrapassem o limite estabelecido no art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000, ficam autorizadas as horas extras para servidores que prestam serviços essenciais nas áreas de saúde, educação, transportes e assistência social e desde que constem as justificativas plausíveis, sob pena de indeferimento ou nulidade.

Art. 22. O disposto no § 1º, do art. 18, da Lei Complementar 101/00, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos para efeito do *caput* deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:

- I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;
- II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou seja, relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente; e
- III – não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E LIMITAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 23. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de **2024**, a qualquer tempo, deverá atender ao disposto nos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Federal 101/00.

§ 1º. Todos os contratos administrativos decorrentes de processo licitatório, dispensa ou inexigibilidade terão vigência até **31/12/2024**, salvo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

- I – os contratos de projetos que podem ser prorrogados durante a vigência do PPA, ou seja, limitado ao dia 31 de dezembro do exercício seguinte ao término do respectivo mandato eletivo;
- II – os contratos de duração continuada, que podem ser renovados com vigência total de 60 meses; e;
- III – os contratos de aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, que podem ter vigência de quarenta e oito meses sem a necessidade de prorrogação.

Art. 24. Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao que dispõe o § 3º, do artigo 16, da Lei Complementar Federal 101/00, as despesas cujo valor não ultrapasse os limites fixados nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 25. A execução orçamentária e financeira da despesa poderá ocorrer de forma descentralizada, seguindo o cronograma de desembolso, estipulado pelo Controle Orçamentário, salvo àquelas previamente autorizadas pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 26. São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesa que tentem viabilizar a assunção de despesas ou compromissos a pagar sem a comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária e financeira, ou mesmo que se revelem demandas fora do princípio da razoabilidade.

Art. 27. A classificação e a contabilização dos ingressos de receitas e despesas orçamentárias - empenho, liquidação e pagamento, pelos órgãos, entidades e fundos integrantes do orçamento fiscal serão registrados na data de suas respectivas ocorrências.

Art. 28. A Lei Orçamentária de **2024** preverá a permissividade de alterar dotações mediante abertura de crédito adicional suplementar no percentual de trinta por cento do total do orçamento, utilizando quaisquer prerrogativas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

§ 1º. Fica vedada a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação de dotações entre diferentes fontes de recursos do Sistema de Contas dos Municípios do Tribunal de Contas de Minas Gerais (SICOM/TCEMG), à exceção dos recursos ordinários, saúde e educação (500), bem como os recursos do FUNDEB (540).

§ 2º. Fica vedada a abertura de créditos adicionais suplementares por superávit financeiro ou excesso de arrecadação entre diferentes fontes de recursos do Sistema de Contas dos Municípios do Tribunal de Contas de Minas Gerais (SICOM/TCEMG), à exceção dos recursos ordinários, saúde e educação (500), bem como os recursos do FUNDEB (540).

h.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

§ 3º. Fica autorizada a suplementação de créditos especiais que vierem a ser autorizados por lei específica durante o exercício de **2024**, no montante limitado ao seu próprio valor ou disposição em contrário na própria lei de crédito especial.

§ 4º. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentaria de **2024** ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

§ 5º. A movimentação entre fontes de recursos de uma única dotação orçamentária não configura abertura de crédito adicional.

Art. 29. A Lei Orçamentária de **2024** poderá prever operações de crédito.

Art. 30. Fica autorizado, durante a execução orçamentária de **2024**, o remanejamento, a transposição e a transferência de recursos, por decreto, à luz do art. 167, inciso VI da Constituição da República, sem cômputo no percentual a que se refere o art. 7º, inciso I da Lei Federal 4.320/64.

Art. 31. Fica autorizado, durante a execução orçamentária de **2024**, a criação, por decreto, de fontes de recursos do Sistema de Contas dos Municípios do Tribunal de Contas de Minas Gerais (SICOM/TCEMG) em qualquer dotação já existente no orçamento original ou em créditos especiais autorizados por lei, inclusive aquelas codificações relacionadas ao superávit financeiro.

Art. 32. Fica autorizado, durante a execução orçamentária de **2024**, a transferência de recursos entre fontes de recursos do Sistema de Contas dos Municípios do Tribunal de Contas de Minas Gerais (SICOM/TCEMG) existentes no mesmo crédito orçamentário, sem cômputo no percentual a que se refere o art. 7º, inciso I da Lei Federal 4.320/64, desde que restritos aos recursos ordinários, saúde e educação (500), bem como aos recursos do FUNDEB (540).

Parágrafo único. Entende-se, como crédito orçamentário, a programação da despesa composta por órgão, unidade orçamentária, função, sub-função, programa, ação, natureza da despesa até o nível de elemento de despesa e a soma de todos os valores distribuídos para as fontes de recursos do Sistema de Contas dos Municípios do Tribunal de Contas de Minas Gerais (SICOM/TCEMG) dentro dessa mesma codificação da despesa é a dotação.

Lu.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

Seção II

Da Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 33. Caso seja necessária a limitação de empenho e de movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar 101/00, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, “atividades” e calculada de forma proporcional à participação do Poder em cada um dos citados conjuntos, excluídas as relativas às:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – despesas com PASEP;

III – despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais, inclusive Requisição de Pequeno Valor (RPV);

IV – despesas ressalvadas, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº101, de 2000, integrantes desta Lei;

V – dotações constantes da Lei Orçamentária de **2024** referentes aos convênios e outros recursos vinculados; e

VI – dotações relativas aos juros e a amortização da dívida fundada.

Art. 34. Se durante o exercício de **2024** a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único, do art. 22, da Lei Complementar 101/00, o contingenciamento de horas extras não alcança as situações previstas no § 4º, do art. 21, desta Lei, observado o condicionamento.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência de cada Departamento Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35. Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º. É obrigatória a inclusão, no orçamento de **2024**, de dotações necessárias ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais

ln



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

apresentados até 1º de julho de 2023 pela Procuradoria Jurídica do Município, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente ou mediante regra superveniente e decorrente de inovação legislativa.

§ 2º. A Administração Direta e Indireta do Município poderá realizar operações de crédito e promover parcelamento ou reparcimento de débitos tributários e previdenciários para readequação do fluxo de caixa e da política fiscal.

Art. 36. As despesas com amortização, juros e outros encargos da Dívida Pública deverão considerar apenas as operações contratadas ou autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual à Câmara Municipal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Art. 37. O projeto de lei que conceda, amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovado ou editado se atendidas às exigências do art. 14, da Lei Complementar 101/00.

Parágrafo único. Os efeitos orçamentários e financeiros de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira, creditícia ou patrimonial, poderão ser compensados mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 38. São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do art. 38 desta Lei, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visem atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 39. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de **2024**, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

h.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

- I – edição de normas e aplicações de condutas e procedimentos que determine a evolução dos sistemas de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário e administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II – edição de normas e aplicações de condutas e procedimentos que determine a evolução e o aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III – edição de normas e aplicações de condutas e procedimentos que determine a evolução e o aperfeiçoamento dos processos tributários e administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços; e
- IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária, incluindo a inscrição do contribuinte inadimplente na dívida ativa e, se for o caso, a consequente execução fiscal ou cobrança via cartório.

Art. 40. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;
- IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;
- XI – a Revisão da instituição da Contribuição de Iluminação Pública (CIP); e
- XII – a estimativa da receita com o IPTU levará em consideração a estimativa de lançamentos e a estimativa de inadimplência, para aproximar a previsão da efetiva arrecadação.

lv.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

Art. 41. O Poder Executivo estabelecerá, por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de **2024**, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar 101/00.

§ 1º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de **2024**.

§ 2º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de que trata o *caput* deste artigo, deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual, dentro do prazo legal para apresentação de emendas reservado à respectiva proposição, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 43. A execução da Lei Orçamentária de **2024** e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º. É vedada a adoção de qualquer procedimento que resulte na execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 2º. A contabilidade municipal registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 44. As entidades beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

para os quais receberam os recursos, bem como pela obrigação do dever de prestar contas conforme art. 70, da CF/88.

Art. 45. A prestação de contas anual do Prefeito incluirá relatório de execução na forma e com o detalhamento apresentado pela Lei Orçamentária Anual.

Art. 46. As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício serão inscritas em restos a pagar e terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente, inclusive para efeito de comprovação dos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas da educação e da saúde.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de que trata o caput deste artigo e constatada, excepcionalmente, a necessidade de manutenção dos restos a pagar, fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar sua validade, condicionado à existência de disponibilidade financeira para a sua cobertura.

Art. 47. Caso o projeto de Lei Orçamentária para **2024** não seja sancionado até 31 de dezembro de 2023, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I – com pessoal e encargos sociais;
- II – transferências constitucionais e legais;
- III – serviço e amortização da dívida; e
- IV – outras despesas correntes, à razão de 1/12 (um doze avos).

Art. 48. Integram esta Lei, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar Federal 101/00:

- I – Anexo de Metas da Receita;
- II – Anexo de Metas da Despesa;
- III – avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior;
- IV – evolução do patrimônio líquido;
- V – resultado primário;
- VI – resultado nominal;
- VII – margem de expansão das despesas de caráter continuado;
- VIII – origem e destinação dos recursos com alienação de ativos;
- IX – renúncia de receita; e

lu



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 01.613.128/0001-93

X – Anexo de Riscos Fiscais.

Parágrafo único. Os valores constantes nas metas fiscais não representam limitação de previsões ou de fixação da despesa, sendo que a lei orçamentária de **2024** abrangerá todas as perspectivas de ingressos de forma suficiente para viabilizar a execução orçamentária sem percalços.

Art. 49. Para fins de consolidação dos orçamentos, a Câmara Municipal deverá entregar a sua respectiva proposta orçamentária de **2024** até o dia 31 de julho de 2023 para a Prefeitura e esta, por sua vez, entregará a proposta orçamentária do Município na Câmara Municipal até a data prevista na Lei Orgânica Municipal ou, na ausência de data fixada nesta, na data prevista no art. 35, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da prefeita municipal de Vargem Alegre, Estado de Minas Gerais.

1º de setembro de 2023.


Maria Cecília Costa Garcia

PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 01.613.128/0001-93

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que na data abaixo, publiquei o(a) presente Sanção de lei municipal no quadro de Avisos da Prefeitura Municipal (localizado no átrio), que é a imprensa oficial do Município de Vargem Alegre/MG, conforme disposto na Lei Municipal nº 438/2013, dando a devida publicidade para que surta os devidos efeitos legais. Vargem Alegre, 01 de Setembro de 2023.

Everton Pedro da Silva Laete
Servidor Nomeado
Portaria Nº 095/2021

SANÇÃO DE LEI MUNICIPAL

Lei Municipal 655/2023 que "dispõe sobre as diretrizes de elaboração orçamentária para o exercício financeiro do ano de 2024 (LDO 2024) e dá outras providências".

Após apreciada, discutida e aprovada pela Eg. Câmara Municipal de Vargem Alegre, a proposição legislativa em referência veio ao meu gabinete para os fins do art. 31 da Lei Orgânica Municipal.

A aludida proposição está em conformidade com as disposições esculpidas na Lei Orgânica Municipal, respeitadas as regras de competência e exclusividade para a propositura, bem como em estrita obediência aos comandos constitucionais e o interesse público.

Posto isto, sanciono a presente proposição, nos termos do art. 31, da Lei Orgânica Municipal, devendo a Secretaria de Gabinete publicar o presente ato normativo e a imediatamente comunicar o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vargem Alegre.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da prefeita municipal de Vargem Alegre.

Vargem Alegre, Estado de Minas Gerais.

01 de setembro de 2023.


Maria Cecilia Costa Garcia

PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM ALEGRE

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º, Inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	30.850.900,74	0,004	184,127	29.856.020,79	0,003	178,189	(994.879,95)	-3,225
Receitas Primárias (I)	30.850.900,74	0,004	184,127	28.529.412,20	0,003	170,272	(2.321.488,54)	-7,525
Despesa Total	27.756.076,80	0,003	165,656	30.161.919,63	0,003	180,015	2.405.842,83	8,668
Despesas Primárias (II)	33.413.608,56	0,004	199,422	28.974.165,53	0,003	172,926	(4.439.443,03)	-13,286
Resultado Primário (III) = (I - II)	(2.562.707,82)	0,000	-15,295	(444.753,33)	0,000	-2,654	2.117.954,49	-82,645
Resultado Nominal	(2.562.707,82)	0,000	-15,295	1.122.538,66	0,000	6,700	3.685.246,48	-143,803
Dívida Pública Consolidada	2.368.458,13	0,000	14,136	2.444.494,01	0,000	14,589	76.035,88	3,210
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2022	814.660.000.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	924.700.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas. Unidade Responsável: Departamento Municipal De Administração E Finanças, Emissã

<p>_____ Maria Cecília Costa Garcia PREFEITA MUNICIPAL M2415033</p>	<p>_____ Franqueto Faria Gonçalves CONTADOR CPF 117.876.026-05</p>
<p>_____ José Lino de Silva Junior CONTROLADOR INTERNO CPF. 11696747635</p>	<p>_____ Vitor Botelho Franco TESOUREIRO M10026212</p>

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

R\$ 1,00

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais Trabalhistas.	650.000,00	Estabelecer um fluxo de caixa para fazer frente as demandas trabalhistas.	650.000,00
Precatórios e Custas Judiciais	500.000,00	Estabelecer um fluxo de caixa para fazer frente aos precatórios	500.000,00
SUBTOTAL	1.150.000,00	SUBTOTAL	1.150.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação e não realização de convênios	1.200.000,00	Manter a Regularidade Fiscal	1.200.000,00
Restituição de Tributos a Maior	10.000,00	Restituição de Tributos recolhidos em duplicidade	10.000,00
Correção Salário Mínimo	230.000,00	Anualização do Código Tributário Municipal	230.000,00
SUBTOTAL	1.440.000,00	SUBTOTAL	1.440.000,00
TOTAL	2.590.000,00	TOTAL	2.590.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas. Unidade Responsável: Departamento Municipal De Administração E Finanças. Emissão: 31/03/2023, às 08:55:05

Maria Cecília Costa Garcia PREFEITA MUNICIPAL M21/503	Francisco Faria Gonçalves CONTADOR CPF 117.876.026-05	José Lima da Silva Junior CONTROLADOR INTERNO CPF 11.69674765	Vitor Botelho Franco HISOUREIRO M1.0026212
---	---	---	--

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA				PREVISTA				PROJETADA			
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	
ARRECADADORA	31.718.776,48	33.455.842,50	-45,65	43.796.828,94	487,47	44.453.781,37	3,00	45.120.588,09	3,00	45.797.396,91	3,00	
Recetas Correntes	26.435.057,61	31.620.687,44	19,62	33.101.688,00	4,68	33.598.121,97	1,50	34.102.093,80	1,50	34.613.625,21	1,50	
Recetas de Capital	5.283.718,87	1.835.175,06	-65,27	10.695.230,94	482,79	10.855.659,40	1,50	11.018.494,29	1,50	11.183.771,70	1,50	
DEDUÇÃO FUNDEB	(3.016.884,60)	(3.599.821,71)	19,32	(3.768.412,60)	4,68	(3.824.938,79)	1,50	(3.882.312,87)	1,50	(3.940.547,56)	1,50	
Recetas Correntes	(3.016.884,60)	(3.599.821,71)	19,32	(3.768.412,60)	4,68	(3.824.938,79)	1,50	(3.882.312,87)	1,50	(3.940.547,56)	1,50	
TOTAL DA RECEITA	28.701.891,88	29.856.020,79	4,02	40.028.416,34	34,07	40.628.842,58	1,50	41.238.275,22	1,50	41.856.849,35	1,50	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento Municipal De Administração E Finanças, Emissão: 31/03/2023, às 09:01:50

<p>Francisco Faria Gonçalves CONTADOR CPF 117.876.029-05</p>	<p>Jose Lino da Silva Junior CONTROLADOR INTERNO CPF 11696747635</p>
<p>Maria Cecília Costa Garcia PREFEITA MUNICIPAL BRJ1563</p>	<p>Vitor Botelho Franco TESOUREIRO M100036212</p>

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA				PREVISTA				PROJETADA			
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	
	18.666.841,87	25.149.826,22	35,46	26.358.108,60	4,80	25.789.230,24	-2,16	26.176.068,63	1,50	26.566.709,75	1,50	
Despesas Correntes	11.066.764,11	13.844.399,01	24,76	13.944.980,60	0,73	13.567.393,81	-2,71	13.770.894,57	1,50	13.977.457,99	1,50	
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	36.350,00	0,00	36.895,25	1,50	37.448,68	1,50	38.010,41	1,50	
Transferências a Consórcios Públicos Contrato de Rateio	0,00	0,00	0,00	36.350,00	0,00	36.895,25	1,50	37.448,68	1,50	38.010,41	1,50	
Rateio pela Participação em Convênio Público	0,00	0,00	0,00	36.350,00	0,00	36.895,25	1,50	37.448,68	1,50	38.010,41	1,50	
Aplicações Diretas	11.066.764,11	13.844.399,01	24,76	13.908.630,60	0,45	13.530.488,56	-2,72	13.733.445,89	1,50	13.939.447,58	1,50	
Contratação por Tempo Determinado	0,00	15.163,22	0,00	1.131.212,20	646,12	1.148.180,38	1,50	1.165.403,08	1,50	1.182.884,14	1,50	
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	9.200.165,49	11.262.934,53	22,42	9.611.527,80	-14,66	9.287.531,97	-3,37	9.426.844,96	1,50	9.568.247,62	1,50	
Obrigações Patronais	1.866.618,62	2.429.851,26	28,11	2.823.166,80	16,19	2.746.911,35	-2,70	2.788.115,02	1,50	2.829.936,75	1,50	
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	342.724,00	0,00	347.864,86	1,50	353.082,83	1,50	358.379,07	1,50	
Juros e Encargos da Dívida	105.985,61	102.074,80	-3,69	194.961,00	91,00	197.885,42	1,50	200.853,70	1,50	203.866,51	1,50	
Aplicações Diretas	105.985,61	102.074,80	-3,69	194.961,00	91,00	197.885,42	1,50	200.853,70	1,50	203.866,51	1,50	
Juros sobre a Dívida por Contrato	105.985,61	102.074,80	-3,69	194.961,00	91,00	197.885,42	1,50	200.853,70	1,50	203.866,51	1,50	
Outras Despesas Correntes	7.364.072,15	11.203.352,41	52,14	12.218.167,00	9,05	12.023.961,01	-1,59	12.204.320,42	1,50	12.387.385,25	1,50	
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	150.000,00	0,00	260.000,00	73,33	263.900,00	1,50	267.858,50	1,50	271.876,38	1,50	
Subvenções Sociais	0,00	150.000,00	0,00	260.000,00	73,33	263.900,00	1,50	267.858,50	1,50	271.876,38	1,50	
Transferências a Consórcios Públicos mediante Contrato de R	106.428,00	107.525,47	1,03	24.200,00	-77,49	24.563,00	1,50	24.931,44	1,50	25.305,41	1,50	
Rateio pela Participação em Consórcio Público	106.428,00	107.525,47	1,03	24.200,00	-77,49	24.563,00	1,50	24.931,44	1,50	25.305,41	1,50	
Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	1.022.901,27	1.020.878,18	-0,20	850.000,00	-16,74	862.750,00	1,50	875.691,25	1,50	888.626,62	1,50	
Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.016,00	1,50	1.030,22	1,50	1.045,67	1,50	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	14.210,00	1,50	14.423,15	1,50	14.639,50	1,50	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.022.901,27	1.020.878,18	-0,20	835.000,00	-18,21	847.525,00	1,50	860.237,88	1,50	873.141,45	1,50	
Aplicações Diretas	6.234.742,88	9.886.847,63	58,62	11.082.357,00	12,06	10.871.113,86	-1,91	11.034.180,57	1,50	11.169.693,30	1,50	
Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	20.600,00	0,00	20.807,50	1,50	21.119,61	1,50	21.436,40	1,50	
Diárias - Pessoal Civil	69.821,00	165.649,58	137,25	92.650,00	-44,07	73.739,75	-20,41	74.845,96	1,50	75.966,54	1,50	
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Material de Consumo	3.397.806,34	4.331.959,64	27,49	4.475.555,00	3,31	4.500.123,28	0,55	4.567.625,13	1,50	4.636.139,51	1,50	
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e O	0,00	5.051,00	0,00	16.375,00	284,40	10.403,75	-32,33	10.569,81	1,50	10.718,21	1,50	
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	6.720,00	41.162,12	512,33	398.490,00	888,10	404.467,35	1,50	410.534,36	1,50	416.602,38	1,50	
Passagens e Despesas com Locomoção	5.212,50	8.309,61	59,42	33.313,00	360,90	33.812,70	1,50	34.319,89	1,50	34.834,69	1,50	
Serviços de Consultoria	85.000,00	483.799,72	469,18	469.800,00	-2,89	324.597,00	-30,91	329.465,96	1,50	334.407,95	1,50	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	75.386,42	255.383,56	238,77	357.023,00	39,80	356.056,35	-5,87	361.087,20	1,50	366.213,66	1,50	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.077.403,47	3.801.461,36	82,89	4.148.536,00	9,13	4.148.569,92	0,00	4.210.798,47	1,50	4.273.960,45	1,50	
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pesq	120.250,18	117.883,35	-1,97	142.532,00	20,91	93.919,96	-34,11	95.328,78	1,50	96.758,71	1,50	
Contribuições	116.045,00	79.840,00	-31,20	102.500,00	28,38	104.037,50	1,50	105.598,06	1,50	107.182,03	1,50	
Obrigações Tributárias e Contributivas	142.000,00	173.681,61	22,31	260.362,00	49,91	258.544,86	-0,70	262.423,03	1,50	266.359,38	1,50	

R\$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA			PROJETADA				
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	37.143,67	181.849,00	416,51	112.750,00	-41,23	114.441,25	1,50	116.157,87	1,50	117.900,24
Sentenças Judiciais	93.688,01	256.276,79	120,17	383.576,00	85,95	389.331,67	1,50	395.171,64	1,50	401.099,21	1,50
Despesas de Exercícios Anteriores	3.023,38	20.082,69	584,25	18.143,00	-9,66	16.646,00	-8,25	16.895,69	1,50	17.149,13	1,50
Indenizações e Restituições	5.242,91	7.457,80	42,25	51.250,00	587,20	41.615,00	-18,80	42.239,22	1,50	42.872,81	1,50
Aplicação Direta Decorrente Operação de Órgãos, Fundos e F	0,00	35.100,93	0,00	1.610,00	-95,41	1.634,15	1,50	1.558,66	1,50	1.683,54	1,50
Material de Consumo	0,00	35.100,93	0,00	1.610,00	-95,41	1.634,15	1,50	1.558,66	1,50	1.683,54	1,50
Despesas de Capital	3.354.554,11	4.908.982,74	46,34	13.597.532,74	176,99	13.395.495,74	-1,49	13.596.428,17	1,50	13.800.374,69	1,50
Investimentos	3.043.732,17	4.460.468,50	46,35	13.083.386,94	193,32	12.873.637,75	-1,60	13.066.742,31	1,50	13.262.743,44	1,50
Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de R	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.015,00	1,50	1.030,22	1,50	1.045,67	1,50
Ratão pela Participação em Consórcio Público	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.015,00	1,50	1.030,22	1,50	1.045,67	1,50
Aplicações Diretas	3.043.732,17	4.460.468,50	46,35	13.082.386,94	193,30	12.872.622,75	-1,60	13.065.712,09	1,50	13.261.697,77	1,50
Obras e Instalações	2.288.975,96	2.867.352,92	25,27	5.074.973,00	76,98	4.646.597,60	-4,50	4.919.296,56	1,50	4.993.066,01	1,50
Equipamentos e Material Permanente	794.756,21	1.593.115,58	111,36	8.607.413,94	492,63	8.026.926,15	0,23	8.146.415,63	1,50	8.268.611,76	1,50
Amortização da Dívida	310.821,94	448.514,24	44,30	514.145,80	14,63	521.857,99	1,50	529.685,86	1,50	537.631,15	1,50
Aplicações Diretas	310.821,94	448.514,24	44,30	514.145,80	14,63	521.857,99	1,50	529.685,86	1,50	537.631,15	1,50
Principal da Dívida Contratual Resgatada	310.821,94	448.514,24	44,30	514.145,80	14,63	521.857,99	1,50	529.685,86	1,50	537.631,15	1,50
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	72.775,00	0,00	73.866,62	1,50	74.974,62	1,50	76.099,24	1,50
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	72.775,00	0,00	73.866,62	1,50	74.974,62	1,50	76.099,24	1,50
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	72.775,00	0,00	73.866,62	1,50	74.974,62	1,50	76.099,24	1,50
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	72.775,00	0,00	73.866,62	1,50	74.974,62	1,50	76.099,24	1,50
TOTAL DA DESPESA	21.921.395,98	30.058.806,96	37,12	40.028.416,34	33,17	39.258.592,60	-1,92	39.847.471,48	1,50	40.445.183,68	1,50

FRONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento Municipal De Administração E Finanças, Emissão: 31/03/2023, às 09:03:32

Maria Cecília Costa Garcia
 PREFEITA MUNICIPAL
 MEI 5033

Franqueto Faria Gonçalves
 CONTADOR
 CPF 117.876.026-05

José Lino da Silva Junior
 CONTROLADOR INTERNO
 CPF 116.9674.7635

Vitor Botelho Franco
 TESOUREIRO
 M10026212

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

R\$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA				PREVISTA				PROJETADA			
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	
ARRECADADORA	31.718.776,48	33.455.842,50	-45,65	43.796.828,94	487,47	44.453.781,37	3,00	45.120.556,09	3,00	45.797.396,91	3,00	
Recargas Correntes	26.435.057,61	31.620.687,44	19,62	33.101.598,00	4,68	33.598.121,97	1,50	34.102.093,80	1,50	34.613.625,21	1,50	
Recargas de Capital	5.283.718,87	1.835.175,06	-65,27	10.695.230,94	482,79	10.855.659,40	1,50	11.018.494,29	1,50	11.183.771,70	1,50	
DEDUÇÃO FUNDEB	(3.016.884,60)	(3.599.821,71)	19,32	(3.768.412,60)	4,68	(3.824.938,79)	1,50	(3.882.312,87)	1,50	(3.940.547,56)	1,50	
Recargas Correntes	(3.016.884,60)	(3.599.821,71)	19,32	(3.768.412,60)	4,68	(3.824.938,79)	1,50	(3.882.312,87)	1,50	(3.940.547,56)	1,50	
TOTAL DA RECEITA	28.701.891,88	29.856.020,79	4,02	40.028.416,34	34,07	40.628.842,58	1,50	41.238.275,22	1,50	41.856.849,35	1,50	
RECEITAS CORRENTES (I)	23.418.173,01	25.020.845,73	19,65	29.333.195,40	4,68	29.773.183,18	1,50	30.218.780,93	1,50	30.673.077,65	1,50	
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (II) = (I - II)	23.418.173,01	25.020.845,73	19,65	29.333.195,40	4,68	29.773.183,18	1,50	30.218.780,93	1,50	30.673.077,65	1,50	
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	5.283.718,87	1.835.175,06	-65,27	10.695.230,94	482,79	10.855.659,40	1,50	11.018.494,29	1,50	11.183.771,70	1,50	
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	5.283.718,87	1.835.175,06	-65,27	10.695.230,94	482,79	10.855.659,40	1,50	11.018.494,29	1,50	11.183.771,70	1,50	
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	28.701.891,88	29.856.020,79	4,02	40.028.416,34	34,07	40.628.842,58	1,50	41.238.275,22	1,50	41.856.849,35	1,50	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento Municipal De Administração E Finanças, Emissão: 31/03/2023, às 09:04:39

<p>Maria Cecília Costa Garcia PREFEITA MUNICIPAL MEI: 803</p>	<p>Francisco Faria Gonçalves CONTADOR CPF: 117.876.026-05</p>
<p>Jose Lino da Silva Junior CONTROLADOR INTERNO CPF: 116.967.476-35</p>	<p>Vitor Botelho Franco TESOUREIRO MEI: 26212</p>

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GORVENAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA EXERCÍCIO

PROGRAMA PROGRAMA GESTÃO CONSCIENTE
CÓDIGO DO PROGRAMA 0001
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA 02002
CÓDIGO DA UNIDADE RESONSÁVEL Departamento Municipal de Administração e Finanças
OBJETIVO Garantir Prestação de Contas a Sociedade a cada 3 meses, Fortalecer e ampliar a transversalidade entre as secretarias municipais, Implantar um programa de gestão e controle de objetivos e metas, que garantam a continuidade dos programas, projetos e ações e seus resultados, Fortalecer e efetivar o Plano Estratégico de Gestão Municipal, Fortalecer as Administrações Regionais para melhor oferta das políticas públicas
JUSTIFICATIVA Aumentar a competitividade e a performance economica.

INDICADORES	METAS				VALOR
	UNIDADE DE MEDIDA	DATA APURAÇÃO	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	
PERCENTUAL DE GASTOS ORÇADOS NA FUNÇÃO	Percentual	25/08/2021	19,2	21,7	5.443.609,80

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GORVENAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA EXERCÍCIO

PROGRAMA PROGRAMA SAÚDE PARA TODOS
CÓDIGO DO PROGRAMA 0002
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA 02006
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento Municipal de Saúde de
OBJETIVO Revisar o Plano Municipal de Saúde de, Ampliar Farmácia Popular, Qualificar os Profissionais de saúde de, Apoiar os centros de atendimento aos Dependentes Químicos e Alcool fortalecimento e Ampliação da academia de saúde de, Promover o Fortalecimento e Ampliação do Programa de Saúde de familiar, Promover o Fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde de, Implantar o programa de saúde de do Homem, Reativar o Programa da Saúde de
JUSTIFICATIVA Elevar o nível geral de saúde de da população

INDICADORES	METAS				
	UNIDADE DE MEDIDA	DATA APURAÇÃO	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	VALOR
PERCENTUAL DE GASTOS ORÇADOS NA FUNÇÃO	Percentual	25/08/2021	23,4	25,09	6.117.194,00

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GORVENAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA EXERCÍCIO

PROGRAMA PROGRAMA AVANÇA VARGEM ALEGRE
CÓDIGO DO PROGRAMA 0003
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA 02003
CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento Municipal de Obras e Urbanismo
OBJETIVO Promover uma série de medidas com intuito de melhorar as condições de mobilidade urbana no nosso município, garantindo o direito de ir e vir com qualidade e segurança, determinando uma dinâmica técnica para o tratamento da mobilidade na cidade, respeitando com segurança o ser humano e meio ambiente, Promover a construção da infraestrutura viária e das calçadas, Instalar lixeiras com tampas para lixo orgânico e reciclável,
JUSTIFICATIVA Melhorar a habitabilidade

INDICADORES	METAS				
	UNIDADE DE MEDIDA	DATA APURAÇÃO	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	VALOR
PERCENTUAL DE GASTOS ORÇADOS NAS FUNÇÕES	Percentual	25/08/2021	2,14	13,97	6.690.597,00

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GORVENAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA EXERCÍCIO

PROGRAMA PROGRAMA EDUCAÇÃO EFICIENTE
CÓDIGO DO PROGRAMA 0004
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA 02005
CÓDIGO DA UNIDADE RESONSÁVEL Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
OBJETIVO Promover cursos de formação continuada dos profissionais ligados à Educação, Investir na infraestrutura das instituições para ampliar a qualidade de atendimento das vagas ofertadas a cada ano, Ter em sala de aula professor de apoio para alunos portadores de necessidades especiais com formação específica na área da Educação Especial, Colocar em prática a sala de recursos audiovisuais (acesso a internet, biblioteca virtual),
JUSTIFICATIVA Melhorar a qualidade do ensino infantil e fundamental

INDICADORES	METAS				VALOR
	UNIDADE DE MEDIDA	DATA APURAÇÃO	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	
PERCENTUAL DE GASTOS ORÇADOS NA FUNÇÃO	Percentual	25/08/2021	19,25	24,36	13.101.803,30

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GORVENAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA EXERCÍCIO

PROGRAMA PROGRAMA CULTURA É VIDA
CÓDIGO DO PROGRAMA 0005
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA 02005
CÓDIGO DA UNIDADE RESONSÁVEL Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
OBJETIVO Criar o centro de tradição cultural e do programa municipal de valorização dos artistas da terra, Elaborar o Plano Municipal de Cultura, Resgatar os festejos de manifestações culturais (7 de setembro), Criar Programas de Incentivos Culturais, Elaborar diagnostico das potencialidades Turísticas.

JUSTIFICATIVA Valorizar as culturas regionais

INDICADORES	METAS				VALOR
	UNIDADE DE MEDIDA	DATA APURAÇÃO	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	
PERCENTUAL DE GASTOS ORÇADOS NA FUNÇÃO	Percentual	25/08/2021	1,14	1,37	335,073,00

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GORVENAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA EXERCÍCIO

PROGRAMA PROGRAMA AÇÃO SOCIAL ATIVA
CÓDIGO DO PROGRAMA 0006
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA 02007
CÓDIGO DA UNIDADE RESONSÁVEL Departamento Municipal de Ação Social

OBJETIVO Apoiar as Associações comunitárias, Identificar, cadastrar e dar suporte pequenos negócios informais, Empreender projetos sociais, econômicos e de geração de emprego e renda com os demais municípios da região que constitui bacia hidrográfica do Rio Doce, Identificar, cadastrar e dar suporte pequenos negócios informais, Promover o desenvolvimento rural sustentável de pequenas propriedades e pequenos produtores.

JUSTIFICATIVA Reduzir a pobreza e os riscos sociais

INDICADORES	METAS				VALOR
	UNIDADE DE MEDIDA	DATA APURAÇÃO	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	
PERCENTUAL DE GASTOS ORÇADOS NA FUNÇÃO	Percentual	25/08/2021	4,01	4,84	1.612.348,00

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GORVENAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA EXERCÍCIO

PROGRAMA Reserva de Contigência
CÓDIGO DO PROGRAMA 9999
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA 02002
CÓDIGO DA UNIDADE RESONSÁVEL Departamento Municipal de Administração e Finanças
OBJETIVO Reserva de Contigência

JUSTIFICATIVA

INDICADORES	METAS				VALOR
	UNIDADE DE MEDIDA	DATA APURAÇÃO	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	
PERCENTUAL DE GASTOS ORÇADOS NA FUNÇÃO	Percentual	31/08/2021	1	1	76.459,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento Municipal De Administração E Finanças, Emissã

<p align="center">Maria Cecília Costa Garcia PREFEITA MUNICIPAL M2415033</p>	<p align="center">Franquito Faria Gonçalves CONTADOR CPF 117.876.026-05</p>
<p align="center">José Lino da Silva Junior CONTROLADOR INTERNO CPF: 11696747635</p>	<p align="center">Vitor Botelho Franco TESOUREIRO M10026212</p>

MUNICÍPIO DE VAREJEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (L.P.E. art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2024	2025	2026	
Receitas Correntes	Concessão de isenção em caráter não geral	Contribuintes que possuem débitos Tributários	100.000,00	115.200,00	132.000,00	Regularização fundiária REURB e REFIS
Total			100.000,00	115.200,00	132.000,00	
FONTE: Sistema de Administração de Finanças PÚ						
blicas. Unidade Responsável: Departamento Municipal De Administração E Finanças, Emissão: 31/03/2023, 3						

Maria Cecília Costa Garcia
 PREFEITA MUNICIPAL
 ME-01933

Franqueto Faria Gonçalves
 CONTADOR
 CPF: 117.876.026-05

Jose Lino da Silva Junior
 CONTROLADOR INTERNO
 CPF: 116965747635

Vitor Botelho Franco
 TESOUREIRO
 ME0026212

R\$ 1,00

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	33.175.231,89	100,000	26.738.614,98	100,000	15.798.248,77	100,000
Total	33.175.231,89	100%	26.738.614,98	100%	15.798.248,77	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pú

blicas, Unidade Responsável: Depart

<p>_____ Maria Cecília Costa Garcia PREFEITA MUNICIPAL M2415033</p>	<p>_____ Franquito Faria Gonçalves CONTADOR CPF 117.876.026-05</p>
<p>_____ Jose Lino da Silva Júnior CONTROLADOR INTERNO CPF: 11696747635</p>	<p>_____ Vitor Botelho Franco TESOUREIRO M10026212</p>

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
	Receita Total	40.628.642,58	39.217.029,52	0,005	167,508	41.238.275,22	38.552.334,10	0,005	167,866	41.856.849,35	37.888.914,15	0,005
Receitas Primárias (I)	45.181.792,87	43.611.769,18	0,006	186,390	47.482.215,79	44.389.592,66	0,006	193,283	49.765.016,02	45.059.293,74	0,006	195,840
Receitas Primárias Correntes	35.005.325,80	33.788.924,52	0,004	144,409	36.771.484,20	34.376.475,17	0,004	148,684	38.545.524,68	34.900.704,51	0,004	151,688
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.341.112,20	1.294.509,85	0,000	5,533	1.357.447,89	1.269.034,27	0,000	5,526	1.387.825,90	1.265.649,10	0,000	5,501
Contribuições	351.400,00	338.189,19	0,000	1,450	352.300,00	329.353,91	0,000	1,434	420.500,00	380.765,17	0,000	1,655
Transferências Correntes	33.312.813,60	32.155.225,48	0,004	137,427	35.051.736,31	32.778.096,99	0,004	142,724	36.727.168,78	33.254.290,23	0,004	144,532
Demais Receitas Primárias Correntes	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias de Capital	10.176.467,07	9.822.844,86	0,001	41,981	10.710.731,59	10.013.117,68	0,001	43,600	11.219.491,34	10.158.589,23	0,001	44,132
Despesa Total	39.258.592,60	37.894.394,40	0,005	161,955	39.847.471,48	37.252.116,52	0,005	162,205	40.445.183,58	36.620.733,86	0,005	159,163
Despesas Primárias (II)	43.335.678,69	41.829.805,69	0,005	178,774	45.610.801,82	42.640.068,26	0,005	185,665	47.777.314,90	43.259.547,33	0,005	188,017
Despesas Primárias Correntes	29.251.796,13	28.235.326,38	0,003	120,674	30.787.517,53	28.782.257,64	0,003	125,325	32.249.924,61	29.200.409,09	0,003	126,913
Pessoal e Encargos Sociais	13.998.140,25	13.511.718,39	0,002	57,747	14.733.042,61	13.773.446,59	0,002	59,973	15.432.862,13	13.973.548,56	0,002	60,793
Outras Despesas Correntes	15.253.657,88	14.723.607,99	0,002	62,927	16.054.474,92	15.008.811,05	0,002	65,352	16.817.062,48	15.226.860,53	0,002	66,180
Despesas Primárias de Capital	14.083.890,56	13.594.479,31	0,002	58,101	14.823.284,29	13.857.810,62	0,002	60,340	15.527.390,29	14.056.138,25	0,002	61,105
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.846.114,18	1.781.963,49	0,000	7,616	1.871.413,97	1.748.524,59	0,000	7,618	1.987.701,12	1.799.746,40	0,000	7,822
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	167.797,59	161.966,79	0,000	0,592	176.606,96	165.104,15	0,000	0,719	184.995,79	167.502,80	0,000	0,728
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	(315.764,60)	(304.732,09)	0,000	-1,303	(332.342,24)	(310.686,05)	0,000	-1,353	(348.128,50)	(315.209,87)	0,000	-1,370
Resultado Nominal - (VI) = (III + IV - V)	2.329.675,37	2.248.722,37	0,000	9,611	2.380.363,17	2.225.324,79	0,000	9,690	2.520.825,41	2.282.459,08	0,000	9,920
Dívida Pública Consolidada	2.710.423,81	2.616.235,20	0,000	11,181	2.852.721,06	2.665.916,96	0,000	11,612	2.890.155,21	2.616.865,48	0,000	11,374
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento Municipal De Administração E Finanças, Emissão: 31/03/2023, às 08:56:54

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
	PIB real (crescimento % anual)	2,00	2,00
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	4,00	4,00	4,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,00	5,50	6,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,60	3,25	3,25
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	845.078.404.400,00	861.980.922.500,00	877.168.746.300,00
Receita Corrente Líquida - RCL	24.240.430,80	24.566.139,80	25.411.118,80

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2024	2025	2026
Valor Corrente / 1,0360	Valor Corrente / 1,0697	Valor Corrente / 1,1045

Maria Cecília Costa Garcia PREFEITA MUNICIPAL MEI 033	Franquato Faria Gonçalves CONTADOR CPF: 117.878.026-05	José Luis da Silva Junior CONTROLADOR INTERNO CPF: 11.696747635	Vitor Batelão Franco TESOUREIRO MEI 0036212
---	--	---	---

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	(RS)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)								
Dívida Mobiliária	2.454.164,00	2.511.204,23	2.368.458,13	2.575.224,52	2.710.423,81	2.852.721,05	2.625.100,39	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)								
Ativo Disponível	2.454.164,00	2.511.204,23	2.368.458,13	2.575.224,52	2.710.423,81	2.852.721,05	2.625.100,39	
Haveres Financeiros	528.466,61	7.260.795,69	8.834.300,45	2.748.920,62	3.251.261,55	2.841.952,78	3.416.139,09	
(-) Restos a Pagar	1.040.032,32	8.245.375,42	9.161.808,78	3.105.020,43	3.626.055,60	3.236.424,57	3.817.654,74	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	511.565,71	984.579,73	327.508,33	355.059,81	374.795,05	394.471,79	401.515,65	
Dívida Consolidada Líquida	1.925.637,39	-4.649.591,46	-6.465.842,32	-173.696,10	-540.837,74	10.768,27	-791.038,70	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento Municipal De Administração E Finanças, Emissão: 31/03/2023, as 09:11:17

<p>Maná Cecília dos Santos Garcia PREFEITA MUNICIPAL ME45833</p>	<p>Franquitos Faria Gonçalves CONTADOR CPF: 117.876.028-65</p>	<p>Jose Lino da Silva Júnior CONTROLADOR INTERNO CPF: 116.967.476-35</p>	<p>Vitor Botelho Franco TESOUREIRO ME0026212</p>
--	--	--	--

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo 5 (Lrf, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	964,75	251,98	144.791,82
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	144.750,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
	964,75	251,98	41,82
DESPESAS EXECUTADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	690,00	0,00	139.900,00
Inversões Financeiras	690,00	0,00	139.900,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Proprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2022	2021	2020
	(g) = ((Ia - II d) + III h)	(h) = ((Ib - II e) + III i)	(i) = ((Ic - II f))
VALOR (III)	5.418,55	5.143,80	4.891,82

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento Municipal De Administração E Finanças. Emissão:

 Maria Cecília Costa Garcia
 PREFEITA MUNICIPAL
 M2415033

 Franquito Faria Gonçalves
 CONTADOR
 CPF 117.876.026-05

 José Lino da Silva Junior
 CONTROLADOR INTERNO
 CPF 11696747635

 Vitor Botelho Franco
 TESOUREIRO
 M10026212

MUNICÍPIO DE VARGEM ALEGRE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	(R\$)					
	2021 (b)	2022 (c)	2023 (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.611.204,23	2.368.458,13	2.575.224,52	2.710.423,81	2.852.721,05	2.625.100,98
DEDUÇÕES (II)	7.260.795,69	8.834.300,45	2.748.920,62	3.251.261,55	2.841.952,78	3.416.139,09
Ativo Disponível	8.245.375,42	9.161.808,78	3.105.020,43	3.626.056,80	3.236.424,57	3.817.654,74
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	984.579,73	327.508,33	356.099,81	374.795,05	394.471,79	401.515,65
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I - II)	-4.646.591,46	-6.465.842,32	-173.696,10	-540.837,74	10.768,27	-791.038,70
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-4.646.591,46	-6.465.842,32	-173.696,10	-540.837,74	10.768,27	-791.038,70
Resultado Nominal	(a - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	5.675.288,85	1.816.250,86	-6.292.146,22	367.141,64	-551.605,01	801.806,97

Notas:

- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normalizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
 * Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020(R\$ 1.925.697,39)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento Municipal De Administração E Finanças, Emissão: 31/03/2023, as 09:10:48

Mara Cecília Costa Garcia PREFEITA MUNICIPAL ME14583	Francisco Faria Gonçalves CONTADOR CPF: 117.876.026-05	José Lino da Silva Junior CONTROLADOR INTERNO CPF: 11699242635	Vitor Botelho Finca TESOUREIRO M10026212
--	--	--	--